



Universidade de São Paulo

CODAGE

Coordenadoria de Administração Geral

Boletim Informativo CODAGE – Execução Orçamentária USP

São Paulo, julho de 2014

Nos primeiros sete meses de 2014 verificou-se um crescimento das despesas com pessoal de 6,06% em relação a igual período do ano anterior, esse percentual se eleva para 9,2% quando excluimos os valores do prêmio de excelência da comparação. As despesas de Outros Custeios e Capital apresentam um forte componente de inércia por conta de despesas assumidas em 2013 e que ainda estão sendo pagas em 2014. O valor do repasse do tesouro do estado cresceu 3,29% em relação a igual período do ano anterior indicando que o desequilíbrio entre receitas e despesas persistirá no futuro próximo. Assim, o comprometimento com pessoal da Universidade no acumulado até julho 2014 foi de 105,02% e o déficit de R\$ 635 milhões corresponde a 110,32% do previsto na proposta orçamentária.

	2013	2014	2014/2013	2014 (jan-jul)	2014
	(Realizado)	(Orçamento)	(%)	(Realizado – Plan CRUESP)	Realizado/ Orçamento
Liberações do Tesouro	R\$ 4.362	R\$ 4.596	5,37	R\$ 2.516	54,74
Despesas de Pessoal	R\$ 4.354	R\$ 4.592	5,46	R\$ 2.642	57,53
Comprometimento	99,84	99,92		105,02	

1. Execução da Despesa

1.1. Folha de Pagamento

O principal componente de despesa da Universidade é a folha de pagamento. No acumulado do ano (janeiro a julho) observa-se um crescimento da despesa com pessoal da ordem de 6,06% em relação a igual período do ano anterior.

Tabela 1: Folha de Pagamento (Planilha CRUESP)

(Valores em R\$ milhões)

Mês	2013	2014	2014 / 2013 (%)
Jan	400,75	399,58	-0,29
Fev	321,40	360,54	12,18
Mar	326,55	362,94	11,14
Abr	337,85	377,66	11,78
Mai	373,02	380,78	2,08
Jun	369,12	386,84	4,80
Jul	362,50	373,79	3,12
Total	4.350,32	2.642,13	
Acumulado	2.491,20	2.642,13	6,06

Deve-se destacar que este valor seria significativamente maior se não fosse pela queda verificada em janeiro de 2014 comparativamente a janeiro de 2013 que decorreu do pagamento de um prêmio menor aos servidores da Universidade.

Desconsiderando-se folhas avulsas extraordinárias – como a do *Prêmio de Excelência Acadêmica Inst. USP*, verifica-se que no acumulado até julho de 2014 a despesa com pessoal foi 9,2% superior à verificada no primeiro semestre de 2013. Esse dado representa um aumento superior ao verificado na receita, resultando em um maior comprometimento da receita com a folha de pagamento.

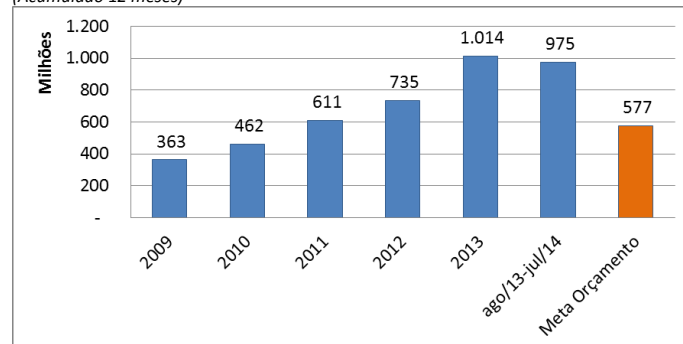
Ainda que as contratações estejam suspensas, há uma inércia nas contratações devido ao lapso temporal entre a convocação e a entrada em folha dos novos servidores.

1.2. Outros Custeios e Capital (OCC)

A evolução desse item oscila significativamente entre um mês e outro em razão da sobreposição entre despesas correntes e investimentos. A Figura 1 apresenta a evolução das despesas com OCC acumuladas em 12 meses. Esse item de despesa estava num patamar de pouco menos de R\$ 913mi em ago/13 e passou para R\$ 974mi em jul/14. Cabe destacar que parte desse crescimento reflete restos a pagar, ou seja, despesas do exercício anterior que estão sendo pagas no exercício corrente.

Figura 1: Evolução Outros Custeios e Capital

(Acumulado 12 meses)



2. Evolução das Receitas

O repasse de recursos do Estado acumulado no ano totalizou R\$ 2.516 milhões, o que representa um aumento da ordem de 3,29% em relação a igual período do ano passado.

A queda em mais de 7% em relação ao mesmo mês do ano anterior é resultado da base de comparação inflada pelo Programa Especial de Parcelamento (PEP) em junho de 2013 que, em caráter excepcional recolheu pouco mais de R\$ 1 bilhão.

A cota da arrecadação do ICMS representa praticamente a totalidade do repasse que inclui ainda valores referentes a ICMS pago em atraso, parcelamento incentivado do ICMS e

Lei Kandir. O montante recebido até julho representa 54,74% da estimativa orçamentária de R\$4.595 milhões.

Tabela 2: Liberações Financeiras do Tesouro do Estado

(Valores em R\$ milhões)

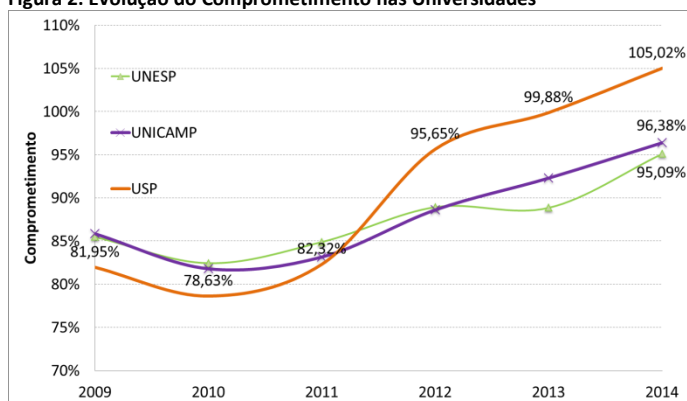
Mês	2013	2014	2014 / 2013 (%)
Jan	335,44	354,55	5,70
Fev	306,09	339,26	10,84
Mar	341,74	374,36	9,55
Abr	338,70	371,78	9,77
Mai	360,54	343,45	-4,74
Jun	358,15	366,54	2,34
Jul	395,13	365,99	-7,38
Acumulado	2.435,80	2.515,92	3,29

3. Comprometimento e Resultado Orçamentário

A figura 2 apresenta a evolução do comprometimento da Universidade. Chama atenção a inflexão da tendência em 2011. Se no período anterior havia um cenário mais favorável de crescimento do ICMS com a folha de pagamento crescendo menos que a receita, a partir de 2011 ocorreu o contrário.

Contudo, a despesa total tem superado em ampla margem os repasses do Estado e que somente a despesa com folha de pagamento já compromete a totalidade da receita. No acumulado do ano os gastos com folha de pagamento representaram 105,02% do total de repasses do Estado, percentual maior que o verificado em julho de 2013 (102,53%). A título de comparação, o comprometimento da UNICAMP encontra-se em de 96,38% e o da UNESP em 95,09% (Figura 2).

Figura 2: Evolução do Comprometimento nas Universidades



Parece pouco provável que ao final do ano o comprometimento fique abaixo dos 100% dos repasses do Tesouro. Como em 2013, os gastos com pessoal deverão se manter acima do montante recebido pela USP do Estado.

Com esse grau de comprometimento dos repasses do Estado com folha de pagamento os recursos disponíveis para as despesas de custeio e capital são inexistentes. Qualquer despesa com essas rubricas é coberta com recursos das reservas. A continuidade dessa situação é insustentável tendo em vista a queima das reservas para o

pagamento da folha e do custeio. Este quadro pode se manter apenas transitoriamente enquanto se faz o ajuste das despesas às receitas da universidade, possibilitando o equilíbrio das mesmas.

Tendo em vista o objetivo de realizar o ajuste e reduzir o ritmo de perda das reservas adotaram-se medidas voltadas a redução das despesas de custeio e investimento e, por outro lado, o contingenciamento das receitas próprias e a economia orçamentária das unidades, como forma de garantir uma maior perenidade para as reservas da Universidade.

Assim, (ver tabela 3) estabeleceu-se como metas no Orçamento de 2014 que as despesas de custeio e investimento deveriam ser reduzidas para menos de R\$600 milhões, assim como o respectivo déficit da Universidade cuja meta é situar-se no patamar dos R\$575 milhões. Contudo, a execução orçamentária até julho indica que o déficit deverá ficar acima desse valor, em função de despesas de exercícios anteriores.

Tabela 3: Execução (Informações financeiras para o CO)

(Valores em R\$ milhares)

	2014 (Jan-Jul)	Meta Orçamento 2014	% Realizado
1 Repasse Tesouro do Estado	2.515,9	4.595,8	54,74
2 Despesa			
2.1 Pessoal	2.642,1	4.592,3	57,53
2.2 Precatórios	1,7	1,7	102,80
2.3 Outros Custeios e Capital	506,9	577,2	87,82
Despesa total	3.150,7	5.171,2	60,93
3 Saldo	-634,8	-575,4	110,32

4. Reservas Financeiras

A consequência do descompasso entre receitas e despesas é a redução nas reservas financeiras da Universidade. A Tabela 4 apresenta o detalhamento do saldo bancário e dos compromissos pendentes.

Tabela 4: Estimativa do uso das reservas em 2014

(Valores em R\$ milhões)

Saldo Bancário (dez/2013)	2.563
Despesas excedentes à receita do Tesouro do Estado de 2014	2.024
Economia Orçamentária das Unidades ¹	840
• Liberado	240
• Contingenciados	626
Restos a pagar do ano anterior e credores ²	417
Obras em andamento ³	192
Déficit na Proposta Orçamentária 2014	575
Saldo Disponível/Reserva estratégica	538,5

Obs.:

1) Economia orçamentária do Tesouro, Receita Própria e devolução dos saldos dos NAPES.

Não inclui a Reitoria.

2) Restos a pagar do ano anterior, exceto SEF, e credores diversos.

3) Previsão do fluxo de pagamentos referentes às obras em andamento.

5. Considerações finais

No período em tela o repasse do governo do estado foi de 54,74% do previsto no orçamento ao passo que as despesas de pessoal corresponderam a 57,53% e as despesas com Outros Custeios e Investimentos (OCI) foram de 87,82%.

Assim, ainda que a folha tenha se comportado em linha com a previsão orçamentária, os repasses ficaram aquém da previsão orçamentária e as despesas com OCI ficaram bem acima. No que se refere ao repasse, o resultado verificado é consistente com o padrão de sazonalidade do ICMS, mas os dois últimos meses apresentaram uma evolução muito desfavorável, fortemente influenciada pela fraca atividade industrial e, em particular, da indústria automotiva.

Os dados de arrecadação por setor de atividade disponibilizados no site da SEFAZ-SP compreendem o período de janeiro a maio de 2014 e, portanto, não capturam totalmente o recrudescimento verificado de maio em diante. Porém, a comparação da participação na arrecadação entre os quadrimestres permite observar a perda de participação da Indústria, de 36,51% caiu para 35,36, e dos preços administrados, de 28,01% para 27,26.

Cabe destacar que, em relatório recente, a ANFAVEA projeta uma queda da produção de 10% no segundo semestre em relação ao ano anterior e que o reajuste dos preços administrados deve ocorrer apenas após as eleições. Assim, como a indústria e os preços administrados representam quase dois terços da arrecadação do ICMS, não é de se esperar uma melhora significativa da arrecadação.

A média dos valores repassados de janeiro a julho foi de R\$ 359 milhões e para que se alcance o valor previsto da Lei Orçamentária Anual as liberações mensais deveriam se elevar em mais de R\$ 56 milhões até o fim do ano. Em termos percentuais, seria necessário que a arrecadação de agosto a dezembro fosse 8% maior que o verificado em igual período de 2013, ou 15% acima da média verificada até julho.

A CODAGE está tomando iniciativas de contenção das despesas centralizadas (contratos de limpeza, vigilância, locação de veículos e revendo grandes compras que estavam em curso). Porém, muitas dessas medidas só surtirão efeito nos próximos meses por questões contratuais e administrativas.

Cabe destacar a estimativa de redução em 8% no contrato de locação de veículos e a redução de 26,96% nos contratos de limpeza e vigilância. Quando implantadas essas medidas permitirão reduzir a despesa anual em 1,2 milhão e 50 milhões, respectivamente. Contudo, as despesas de OCC continuam elevadas em função de restos a pagar que representaram 48% do total de OCC realizado até julho.